

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Acesso a Medicamentos Essenciais e Assistência Farmacêutica Municipal em Salvador”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 05/06/2024

Horário: 10h às 13h

Componentes da Mesa

- **Augusto Vasconcelos** - Vereador (PCdoB), Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador
- **Clóvis de Santana Reis** - Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia - SINDIFARMA.
- **Soraya Amorim** - Representando o Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia.
- **Mário Martinelli Júnior** - Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia.
- **Altamiro José dos Santos** - Conselheiro Federal de Farmácia pelo Estado da Bahia, representando o Conselho Federal de Farmácia.
- **Zaida Mello** – Assessora Institucional e representante da Secretaria Municipal da Saúde (SMS)
- **José Vasconcelos de Freitas** – Presidente do Instituto Renal da Bahia.
- **Everaldo Alves de Oliveira Braga** - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Salvador.
- **Odaílson Paz** - Representando a Superintendência de Assistência Farmacêutica Ciência e Tecnologia em Saúde/SESAB.
- **Irene Prazeres** – Representante do Projeto Integra da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Abertura

Augusto Vasconcelos

Defendeu que a assistência farmacêutica precisa ser tratada com a devida valorização, inclusive dos profissionais que estão na ponta, como farmacêuticos e técnicos de saúde, para assegurar sobrevivência e qualidade de vida, pois uma parcela significativa da sociedade não possui condições de comprar medicamentos. Afirmou que o tema perpassa o gerenciamento de processos, a diminuição do desperdício, as demandas judiciais, entre outras questões. Considerou que há uma insuficiência de pessoas para o tamanho das questões que envolvem o acesso a medicamentos e assistência farmacêutica em Salvador.

Considerações da Mesa

Clóvis de Santana Reis

Salientou que a assistência farmacêutica deve ser compreendida como parte integrante da atenção à saúde, pois a maioria das ações de saúde demandam medicamentos para sua resolução de forma predominante. Falou do papel estratégico da assistência farmacêutica, não apenas de assegurar o acesso e o uso racional de medicamentos, mas também de assegurar a resolutividade das ações de saúde que demandam medicamentos. Alertou para os perigos do uso indiscriminado dos medicamentos, que muitas vezes são tratados, vistos e considerados pelo sistema como simples insumos e mercadorias. Afirmou que um a cada dois pacientes usuários de medicamentos adquiridos em farmácias públicas ou privadas apresentam pelo menos um, mas em média três, problemas com essa terapia medicamentosa. Defendeu a discussão da centralidade do trabalho do farmacêutico para qualificar a assistência farmacêutica em qualquer nível. Afirmou que em muitas capitais do Brasil já há serviços farmacêuticos avançados, mas que Salvador ainda apresenta muitas limitações. Explicou que embora haja uma extensa rede de farmácias dentro das unidades de saúde, ela é mal distribuída e insuficiente para atender ao perfil epidemiológico da população. Falou da insuficiência de profissionais para a necessidade na rede municipal. Criticou a estrutura física da maioria das farmácias, que são cubículos em condições precárias e

insalubridade. Salientou a importância de qualificar e aumentar o contingente de farmacêuticos, garantindo boas condições de trabalho, além de qualificar toda a equipe da farmácia a fim de melhor gerir o recurso medicamento. Abordou o problema do desvio de função, afirmando que muitos supervisores farmacêuticos de prefeituras-bairro acabam cumprindo funções farmacêuticas básicas, além de outras funções adversas.

Mário Martinelli Júnior

Registrou que o único objetivo do Conselho Regional de Farmácia é trazer para a população de Salvador uma assistência farmacêutica qualificada, que não discuta apenas o acesso, mas que qualifique o acesso. Afirmou que das duzentas farmácias registradas pelo Conselho, mais de 50% não possuem um profissional farmacêutico presente fazendo a dispensação de medicação. Afirmou que desde 2014 o Conselho vem sinalizando à gestão municipal a importância de ampliar o quadro do profissional farmacêutico na assistência municipal. Afirmou que nos últimos dez anos, embora tenham sido realizados concursos públicos e REDA's, não houve sinalização por parte da gestão municipal para a ampliação do quadro de profissional farmacêutico. Afirmou que dos quase dois milhões e meio de habitantes em Salvador, entre 60 e 70% dessa população necessitam do SUS e de uma atenção primária que funcione a contento. Afirmou que no início do ano vigente o Conselho realizou um mutirão de fiscalização, que fiscalizou quase 60% das unidades públicas municipais, nas quais foi observada a carência do profissional de farmácia. Afirmou que muitos colegas farmacêuticos vêm sinalizando o transporte e acondicionamento inadequados dos medicamentos.

Zaida de Mello

Afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde está avançando em algumas questões, embora haja dificuldades, entre elas o quantitativo dos profissionais farmacêuticos, que é muito abaixo da necessidade. Afirmou que foi realizado um REDA e que foi feito o anúncio de um concurso com o objetivo de qualificar a assistência farmacêutica do município, buscando não só a dispensação de medicamentos e o cuidado com o almoxarifado, mas o foco no usuário. Afirmou que a assistência farmacêutica transversaliza toda a rede de atenção, sendo o profissional de Farmácia importantíssimo na atenção à saúde do usuário. Abordou os muitos problemas de infraestrutura da rede. Afirmou que as novas unidades de saúde que vêm sendo construídas ou adequadas já possuem a previsão de uma sala para que o profissional

possa realizar o atendimento ao usuário. Afirmou que será realizada a territorialização por distrito sanitário do município de Salvador, a partir da qual serão catalogados todos os equipamentos existentes e traçado o perfil epidemiológico dos distritos, para então começar a se discutir uma rede de atenção. Falou do termo de cooperação que proporcionará ações próprias para aperfeiçoar a assistência farmacêutica.

Lívia – Gerente Executiva da Assistência Farmacêutica da SMS

Abordou o aumento significativo na procura de medicamentos da área de saúde mental. Afirmou que a Secretaria possui alguns projetos e iniciativas em conjunto com o Ministério da Saúde Federal para abarcar a vertente da demanda da saúde mental.

Ana Patrícia Nogueira Dantas – Coordenadora da Assistência Farmacêutica da SMS

Afirmou que está sendo feita uma trilha de conhecimentos envolvendo não só os farmacêuticos, mas também os auxiliares e os gerentes das unidades. Falou de alguns avanços que vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de valorizar o profissional e colocá-lo em seu local de atuação, executando seu trabalho no sentido da melhoria da qualidade da assistência ao paciente. Afirmou que está sendo feita a revisão de documentos e a ampliação da micrologística. Explicou que o território de Salvador é muito amplo e que há uma Central Farmacêutica localizada na BR e outras centrais de abastecimento localizadas dentro do território em alguns distritos. Falou de alguns avanços na infraestrutura em relação a alguns programas, como o Farmácia Itinerante, que fornece um serviço que proporciona maior suporte à população, além da revisão de documentos que prevêm a inclusão do farmacêutico na atenção domiciliar.

Alice Portugal – Deputada Federal

Afirmou que houve a tentativa de votação do piso salarial do Farmacêutico, mas o relator não compareceu. Abordou a questão do projeto do farmacêutico remoto. Afirmou que infelizmente há um projeto que quer retirar o farmacêutico da farmácia, garantindo uma precária relação de trabalho com assistência remota do farmacêutico. Disse que o tele atendimento já existe, mas é regulamentado e tem que ser realizado dentro da farmácia. Afirmou que há notícias de dispensação em postos de saúde sendo feitas por técnicos de enfermagem e até por

vigilantes.

Altamiro José dos Santos

Abordou a insuficiência de farmacêuticos na rede, afirmando ser este um dos principais pontos a serem ajustados. Condenou a presença de farmácias dentro das Prefeituras-bairros, uma vez que não é função desta manter uma farmácia, principalmente sem farmacêutico e sem controle. Condenou a existência do farmacêutico distrital, pelo acúmulo de responsabilidades. Propôs mais discussões ao Conselho para definir essas questões.

José Vasconcelos de Freitas

Falou da falta de farmacêuticos nas unidades hospitalares. Abordou a retirada e o transporte clandestino e sem autorização de farmacêuticos de medicamentos para pacientes que não podem ir retirá-los.

Odaílson Paz

Falou da política de assistência farmacêutica, que nasce a partir da política nacional de saúde com intenção de promoção à saúde. Defendeu que o uso do medicamento deve ser pensado de forma nacional. Pontuou que a falta do medicamento leva a problemas de saúde do paciente, mas o excesso ou mau uso do medicamento também leva a problemas. Abordou a questão da logística reversa, que significa a devolução do medicamento que o paciente não está mais usando, afirmando que estão sendo estudadas formas de implantar esse sistema.

Everaldo Alves de Oliveira Braga

Pontuou que políticas públicas da assistência farmacêutica não significam apenas dispensar medicamentos, mas principalmente deve estar voltada para os trabalhadores, para o cuidado com os profissionais, que devem ser qualificados, bem remunerados e possuir as melhores condições de trabalho para isso. Condenou a ausência de medicamentos nas unidades de saúde e a dispensa de medicamentos pelas Prefeituras-Bairro, criticando o horário de funcionamento das farmácias, que geralmente é de apenas um turno, e o fato de fecharem

para o almoço, sugerindo a realização de um revezamento entre os profissionais.

Soraya Amorim

Reforçou a necessidade de ocupar os espaços para que, em conjunto com o controle social, seja possível a implementação e a implantação das políticas públicas conquistadas através de espaços que colocam a democracia participativa dos conselhos e conferências no centro das discussões.

Irene Prazeres

Afirmou que houve um tempo em que o acesso a medicamentos era raridade e a população era desprovida de direitos. Pontuou que o direito ao acesso a medicamentos está previsto na Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/1990. Explicou que o Projeto Integra trata de estudar a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e seus avanços desde sua implementação no ano de 2004, trabalhando para o fortalecimento do controle social com a capacitação nas políticas de assistência farmacêutica, vigilância em saúde, ciência e tecnologia. Afirmou que os medicamentos são um dos elementos mais custo-efetivos com que um gestor lida na saúde, pois toda consulta médica gera uma média de prescrição de dois a três medicamentos. Trouxe dados do Plano Municipal de Saúde de Salvador, que evidenciou a falta de regularidade na distribuição e no fornecimento de medicamentos, principalmente psiquiátricos, e a escassez de medicamentos na rede. Afirmou que o Plano estabeleceu como meta para o ano de 2023 proporcionar pelo menos 75% dos medicamentos da relação municipal de medicamentos essenciais à população. Afirmou que a Secretaria Municipal tem muita dificuldade em alcançar esta meta, uma vez que quase 40% desses medicamentos não são disponibilizados na rede com frequência. Sugeriu que sejam requisitados os relatórios de auditorias internas da Secretaria Municipal da Saúde dos serviços de assistência farmacêutica.

Comentários da Plenária

Solange Filha – Madrinha do Grupo Beija Flor

Afirmou que após a pandemia houve um agravo muito grande de doenças mentais, principalmente depressão, e que há um déficit de farmacêuticos na assistência em psiquiatria. Criticou a retirada da cadeira de saúde mental do Conselho Estadual de Saúde.

Dilce Leila Santos

Afirmou que a maioria das pessoas com fibromialgia não trabalham e precisam dos medicamentos. Pontuou que os estudos mostram que 80% das pessoas com fibromialgia apresentam depressão e ansiedade e que os medicamentos são essenciais nestes casos para evitar surtos. Perguntou o que pode ser feito para melhorar a aquisição de medicamentos para as pessoas com fibromialgia.

Marjorie Reis

Afirmou estar lotada no 7º Centro de Saúde de Itapuã e à disposição do Km 17 por falta de infraestrutura da farmácia, que vem alagando há mais de dois anos. Afirmou que a rede carece de fiscalização e monitoramento. Denunciou a ausência de farmacêuticos em unidades que fornecem medicamentos.

Gustavo – Diretório Acadêmico de Estudantes de Farmácia da Ufba

Abordou a necessidade de inserir o profissional farmacêutico dentro do SUS, uma vez que a iniciativa privada não está mais comportando a quantidade de profissionais que chegam ao mercado.

Considerações Finais

Ana Patrícia

Afirmou que a assistência farmacêutica é tripartite, tendo responsabilidades da União, Estados e Municípios, apresentando-se em componentes do SUS, que são divididos em básicos, estratégicos e especializados. Explicou que os componentes básicos são aqueles que estão disponíveis na rede de atenção primária e são pactuados de responsabilidade tripartite; já os componentes especializados são bancados apenas pela União e pelos Estados. Afirmou que pacientes renal crônico e de fibromialgia se encaixam nos medicamentos especializados. Ponderou que o agravo da fibromialgia não está acolhido nem pela União, Estados e Municípios. Sugeriu que seja feita uma movimentação para que seja pactuado, uma vez que não existe protocolo clínico nem diretriz terapêutica direcionada para fibromialgia. Explicou que o caminho para se incluir tecnologias no SUS é demandar os protocolos seguindo as recomendações para incluir. Sugeriu que, nestes casos, o correto é verificar quais são os medicamentos que dão auxílio e suporte às pessoas que têm fibromialgia disponíveis no município que podem ser disponibilizados; se há unidades que possam acolher estas pessoas no sentido de realizar um trabalho voltado para a redução dos danos causados pela doença.

Augusto Vasconcelos

Pediu que o documento da Secretaria Municipal de Saúde fosse encaminhado para o endereço eletrônico da Ouvidoria da Câmara, com o intuito de ser anexado ao relatório final da audiência.

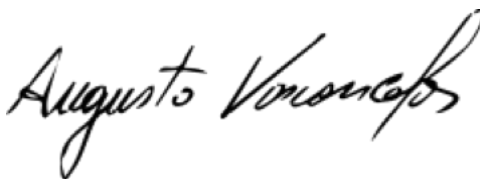
Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;

2. Envio do relatório para:

- Todos os vereadores
- Todas as entidades da Mesa
- Gabinete do Prefeito

Salvador, 16 de dezembro de 2024.



Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065

